

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Pedido a Lula

Ex-presidente da Câmara Legislativa, o ex-deputado Fábio Barcellos esteve ontem com o presidente Lula, quando teve a oportunidade de entregar uma mensagem com relato sobre a questão da isonomia salarial das polícias Civil do DF e Federal. Policial civil aposentado, fundador e ex-presidente do Sinpol, Barcellos fez um apelo para que Lula encaminhe ao Congresso um projeto de lei que estabeleça definitivamente a paridade. “Essa isonomia é uma questão histórica, estabelecida muito antes da atual Constituição Federal, e é fundamental para garantir a justiça e a equidade entre esses valorosos servidores. Acredito no seu compromisso com a justiça e com o bem-estar de todos os brasileiros, e estou certo de que Vossa Excelência dará a devida atenção a este apelo tão importante”, registrou.

Divulgação/Ricardo Stuckert



Polêmica

A lei de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro (PP), que proíbe a veiculação, transmissão e o compartilhamento de cenas de violência contra a mulher, tem provocado polêmicas e não há ainda um consenso entre juristas sobre a constitucionalidade da norma sancionada pelo governador Ibaneis Rocha (MDB).

Divulgação/TJDFT



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR...

A lei, embora tenha uma boa intenção, pode configurar censura?

Paulo Roque declara apoio a Paulo Maurício

A pré-candidatura de Paulo Maurício Siqueira a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Distrito Federal (OAB-DF) recebeu apoio do advogado Paulo Roque. Os dois estiveram juntos nesta semana e Roque, que concorreu à Presidência da OAB-DF em 2012 e 2015, defendeu a união da advocacia do DF. Conhecido como Poli, Paulo Maurício é secretário-geral da OAB-DF e aliado do presidente da entidade, Délio Lins e Silva Júnior. A vice-presidente da OAB-DF, Lenda Tariana, também participou da reunião.

Doação de veículos para a Segurança

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) fez a doação de nove carros e duas vans para a Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP/DF). A iniciativa está entre as ações estratégicas das instituições, que buscam modernizar os serviços administrativos e judiciários do DF. “Existe uma cooperação entre os órgãos públicos para que se possa oferecer serviços cada vez mais eficientes para a população do DF. É uma grande satisfação passar as chaves dos veículos para as mãos do secretário”, destacou o presidente do TJDFT, desembargador Waldir Leônico Júnior.



Arquivo pessoal

A todo vapor

Há pouco mais de três meses à frente da Secretaria de Obras, Valter Casimiro imprimiu um novo ritmo às obras da cidade. Um exemplo disso são as intervenções na Hélio Prates. O secretário cancelou o contrato com a empresa anterior, transferindo as responsabilidades para Novacap e DER. Em apenas nove dias, o primeiro trecho da Hélio Prates foi reaberto, e o segundo deve ser liberado até a próxima segunda-feira. Valter faz questão de acompanhar de perto as obras e, na manhã de ontem, visitou os trabalhos na Hélio Prates e os de infraestrutura no Guará Park.

Divulgação/Secretaria de Obras



Notificação

Durante a visita ao Guará Park, Valter Casimiro decidiu notificar a empresa responsável pela obra, o Consorcio Urbana/Klao, devido à suposta morosidade na execução. O secretário está reorganizando as frentes de trabalho e acelerando as atividades, priorizando as áreas onde a comunidade enfrenta mais dificuldades, especialmente no trânsito.

E a qualidade do nosso café?

Produtores de café do Distrito Federal estão sendo mobilizados para participar de uma pesquisa coordenada pela Universidade de Brasília (UnB), com apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF (Emater) e financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), para um diagnóstico da qualidade dos cafés produzidos na capital do país. O objetivo é analisar as características químicas e sensoriais dos cafés para avaliar a possibilidade de registro de Indicação Geográfica (IG) dos grãos produzidos no DF. A IG é conferida a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de distingui-los em relação aos seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de recursos naturais, como solo, vegetação e clima, e de características da produção.



JOSÉ ARGEMIRO/CE/DA Pres

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA / De autoria do Pastor Daniel de Castro (PP), a proposta que proíbe a veiculação de cenas de agressão contra a mulher tem preocupado instituições, como a Ordem dos Advogados, que elencam pontos negativos no texto

OAB do DF analisa lei polêmica

» LETÍCIA GUEDES

A sanção da Lei Nº 7.548, de 23 de julho de 2024, que proíbe a veiculação, a transmissão e o compartilhamento de cenas de violência contra a mulher no Distrito Federal provoca debates. A seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF) criou, na quinta-feira, um grupo de trabalho para analisar a constitucionalidade da legislação. A medida, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro (PP), foi sancionada nesta semana pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) e prevê multa em caso de descumprimento.

Conforme o texto, é vedada a disseminação de qualquer conteúdo que contenha cenas de violência contra a mulher em formato de imagens, vídeos ou áudios. Essas cenas são aquelas que mostram agressões físicas, verbais, psicológicas, sexuais ou qualquer outra forma de violência contra a mulher, tanto do agressor quanto da reação da vítima.

O grupo de trabalho da OAB-DF é formado pela Comissão da Mulher Advogada e pela Procuradoria-Geral de Direitos Humanos, que tem integrantes de diversas comissões temáticas da Casa. O objetivo é debater os possíveis prejuízos que a referida lei pode



acarretar, tendo em vista pontos como compartilhamento de imagens/áudios como meio de geração de provas da violência e pedidos de socorro, entre outros.

O presidente da OAB-DF, Délio Lins e Silva Jr., pondera que “a intenção da lei parece ter sido preservar a intimidade das vítimas e evitar a exposição pública e

a revitimização das mulheres. No entanto, a redação atual pode levar à interpretação de que nem as próprias vítimas poderiam divulgar as violências sofridas, o que fere a liberdade de escolha da vítima”.

A presidente da Comissão da Mulher Advogada, Nildete Santana de Oliveira, destaca a importância de um olhar atento sobre

o novo regimento. “A preocupação genuína é de que a norma cause o apagamento da violência praticada contra a mulher, como também pode gerar descrédito da palavra da vítima. Dar visibilidade ao crime gera conhecimento, empatia e pode auxiliar na construção de políticas públicas apropriadas para a promoção da mitigação e

futura extinção da violência contra mulher.”

Ofensas

O procurador-geral de Direitos Humanos da OAB/DF, Idamar Borges, também chama a atenção para as implicações da lei. “Na criação de uma norma legal, precisamos verificar se ela não causa conflito com outra norma constitucional, bem como retrocessos, afim de evitar ofensas aos direitos humanos, além dos possíveis impactos que trará para a sociedade do Distrito Federal, principalmente para a mulher vítima de violência.” O grupo de trabalho fará a análise e divulgará o parecer nos próximos dias.

Em nota, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) disse que “está analisando a questão, a fim de adotar as providências que eventualmente se fizerem necessárias no momento oportuno”.

Ao **Correio**, a presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Samira de Castro, afirmou que a Comissão de Mulheres Jornalistas da entidade marcou uma reunião para a próxima segunda-feira com o Sindicato dos Jornalistas do DF, para avaliar a lei e as medidas possíveis que possam ser adotadas.



A redação atual pode levar à interpretação de que nem as próprias vítimas poderiam divulgar as violências sofridas, o que fere a liberdade de escolha da vítima”

Délio Lins e Silva Jr.,
presidente da OAB/DF



A preocupação genuína é de que a norma cause o apagamento da violência praticada contra a mulher, como também pode gerar descrédito da palavra da vítima”

Nildete Santana de Oliveira,
presidente da Comissão da Mulher Advogada